

2

CAPÍTULO

Memória, percepção, autoria e divulgação: para o ensino de literatura na Educação Básica

Aroldo Magno de Oliveira¹

2.1 Introdução

Ao longo das últimas décadas, em decorrência de políticas equivocadas para a educação básica, vimos observando uma diminuição acentuada da carga horária do ensino de literatura. Tais políticas respondem à necessidade de adaptação

¹ Doutor em Língua Portuguesa e professor na Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense.

da classe dominante cujo objetivo se baseia no controle ideológico, sobretudo das camadas mais pobres da população que, em sua quase totalidade, é a que frequenta as escolas públicas.

Sem se descuidar um só centímetro do controle ideológico, as políticas públicas de educação entendem que as disciplinas da área de humanas/sociais são as mais vulneráveis nesse controle, ou seja, são disciplinas que abrem boas frinchas para que a camada pobre da população compreenda os mecanismos de exploração de uma classe social sobre outra. Que a camada pobre da população compreenda o processo histórico que as levou à condição desumana e indigna.

Para aprimorar o controle ideológico, os grupos detentores do poder elaboraram currículos que, em síntese, corrói as disciplinas de humanas/sociais desde os seus fundamentos passando pela formação dos professores até a carga horária destinada a essas disciplinas. A Literatura é uma dessas disciplinas que, com o seu potencial dialético, possibilita leituras de mundo das mais variadas que pode ou não culminar em análises que questionam a estrutura social e econômica e sistemas de exploração de grupos sociais sobre outros.

Nesse processo, alguns apontamentos da filosofia e da psicologia nos indicam caminhos que nos permitem inferir que tanto a memória quanto a percepção são altamente potencializadas durante a leitura e a produção dos textos literários. O exercício constante e sistemático de leitura e produção desses textos, se assim entendemos, é um dos caminhos mais promissores no processo de formação da consciência e do ser humano na perspectiva unilateral.

Mais do que isso, o resultado do processo daria a ler os textos produzidos pelos alunos em formação com vistas à divulgação de autores que *leem* efetivamente o mundo. Assim a própria noção de autoria estaria revisitada no plano conceitual relacionado diretamente com o ensino/aprendizagem de literatura.

Nesse sentido, o presente artigo apresenta a seguir tópicos que se articulam entre si para que seja possível compreender a nossa perspectiva. O primeiro trata da concepção de linguagem; o segundo, de memória; o terceiro, de percepção; o quarto, de autoria; o quinto de divulgação; e o sexto, da articulação necessária com a ideologia.

2.2 Concepção de linguagem

Franchi (1987), linguista brasileiro, apresenta uma das concepções mais brilhantes de linguagem: atividade constitutiva. Franchi realizou uma pesquisa de grande fôlego levantando e analisando os dados e teorias presentes em todos os campos dos estudos sobre a linguagem: da tradição filosófica geral à filosofia da linguagem, da tradição gramatical à linguística. Em seus estudos apresentou a

linguagem como uma atividade constitutiva que, em seus múltiplos aspectos, nos detemos aqui no processo sociointeracionista.

Franchi (1987) apresenta os sujeitos/falantes como aqueles que constituem o sistema de referência linguístico que, por sua vez, congrega também todas as normas linguísticas. Tal constituição do sistema se dá nos processos interativos amplos entre os sujeitos de uma determinada comunidade linguística. Chama-nos a atenção para o fato de os falantes constituírem (e reconstituírem) os significados ininterruptamente nas interações.

Desse modo, o plano sintático está diretamente relacionado com o semântico, uma vez que as manifestações linguísticas são condicionadas pelos contextos das interações sociais/históricas/situacionais. Os dois planos mantêm uma inter-relação quando se quer realizar uma análise sintática.

No que tange a uma concepção mais adequada ao ensino de língua, a linguagem é uma forma de interação humana, na qual os sujeitos socializam conhecimentos e saberes, influenciam, trocam, desejam, impõem etc. A interação é muito mais que a mera expressão dos pensamentos ou comunicação na perspectiva da codificação/decodificação de mensagens. Os estudos de Franchi permitem reposicionar o ensino de língua, pois este é entendido como o espaço de interações efetivas entre professores e alunos, no qual os saberes se complementam para a geração do conhecimento.

Estudar língua é o exercício constante e sistemático da produção de textos, leitura de textos e análise gramatical. Os dois primeiros auxiliam o terceiro, o segundo e o terceiro auxiliam o primeiro e assim sucessivamente. Sendo a linguagem uma forma de interação, ensinar língua é qualificar exponencialmente os alunos para interagirem em todos os contextos situacionais na vida social.

2.3 Memória

O espanhol Santiago Alba Rico (2016), estudioso da filosofia, apresenta três tipos de memória: a documental, a coletiva e a individual. A primeira está relacionada a nossa capacidade de registrar datas de eventos (casamento, nascimento, divórcio etc.) assim como fatos históricos na nossa herança cultural. Tal tipo de memória é responsável por nossa orientação no espaço temporal. A segunda diz respeito aos nossos comportamentos comuns no cotidiano: como tratar as crianças, como tratar os idosos, como comemorar aniversários etc. Esse tipo de memória nos orienta para a execução dos rituais comuns que caracterizam as tradições. A terceira está relacionada com os costumes rotineiros: caminho do trabalho, as vozes dos vizinhos, os cheiros de nossa casa, os objetos, as nuances do verde das plantas. Essa memória está diretamente relacionada com os nossos cinco sentidos na relação com os quatro elementos.

Entretanto, não se pode interpretar sem um grande esforço introspectivo e linguístico (literatura).

As políticas educacionais brasileiras vêm danificando esses três tipos de memória, sobretudo porque estão atreladas a um modelo civilizatório complexo após a revolução burguesa. Nos últimos cem anos, vimos um avanço estrondoso da ciência e da tecnologia a serviço dos grupos sociais responsáveis pela evolução do capital. A memória documental está nos grandes acervos digitais que, em velocidade demasiada armazena os dados que são disponibilizados, conforme necessidades eventuais, fazendo com que não precisemos mais potencializar a nossa capacidade de armazenamento de dados importantes de nossas vidas.

A memória coletiva vem se corroendo conforme os comportamentos e tradições são substituídos pelos programas televisivos, por padrões comportamentais que vão se constituindo, sobretudo no que muitos chamam de banalização da vida, mas que em nosso ponto de vista é o resultado de um processo acentuado de alienação na relação ser humano – ser humano, o que poderíamos chamar de estranhamento.

Da mesma forma, a memória individual vem gradativamente se danificando com os sedutores aparatos vendidos pelas grandes indústrias. A nossa rua passa despercebida, mas o shopping center não, nem os magazines virtuais, nem as redes sociais, nem a indústria farmacêutica, nem a indústria/lojas de alimentos etc. Sabemos o que existe em cada loja de departamento, mas não sabemos das plantas de nosso bairro, das vozes de nossos vizinhos, dos cães, das cores das casas, das histórias cotidianas.

2.4 Percepção

Francisco Umpierrez Sánchez (2015), estudioso espanhol de filosofia apresenta as seguintes classificações para a percepção: a sensível e a mental. A percepção sensível está relacionada com a percepção imediata dos objetos e coisas, de curto alcance. Todos nós percebemos inúmeros objetos e coisas no caminho entre a casa e a escola, entre o trabalho e escola, sem mediação de quem quer que seja. A percepção mental é aquela de longo alcance, mediata, à qual só alcança uma parte do objeto. Todos nós precisamos, por exemplo, dos livros, dos meios de comunicação para perceber a economia, a antropologia, a sociologia etc.

Este texto, por exemplo, apresenta uma parte de um todo mediado pelo autor, pelas escolhas teóricas, pela metodologia. Portanto, a leitura de outros textos sobre o mesmo objeto precisa ser feita para que o leitor amplie a sua percepção do objeto aqui tratado. Nesse sentido, para qualificar a percepção mental, seria preciso que os meios ou instrumentos de mediação se regulassem por valores éticos.

2.5 Autoria

A escola brasileira de educação básica, além de não demonstrar conhecer sistematicamente o papel da memória e da percepção, desenvolve um ensino de literatura com base na leitura do cânone e das escolas literárias (estilos de época). Os autores parecem ainda ser iluminados por Deus, seriam autores somente aqueles que possuem o *dom*, enquanto aqueles que não possuem o *dom* seriam meros leitores e apreciadores da arte de escrever textos literários.

Se a nossa escola quer de fato que os alunos da educação básica conheçam e apreciem a literatura, será preciso sistematizar propostas de produção de texto literário para que todos possam exercitar esse esforço introspectivo que mobiliza e potencializa a memória e a percepção. O resultado dessa potencialização estará presente nos textos literários produzidos por esses novos autores da educação básica. Esses textos formam um percurso, ou início de um caminho, rumo ao autoconhecimento e ao conhecimento ininterrupto do mundo e da vida.

Portanto, aqui invertemos radicalmente a noção de autoria de textos literários, não mais entendendo que os cânones são somente eles autores, mas também os alunos da educação básica, que em um movimento de leitura e produção de textos literários qualificam a leitura dos autores já bem conhecidos, assim como a produção de seus próprios textos.

2.6 Divulgação

Para que a memória, a percepção e a autoria se desenvolvam de fato, a divulgação dos textos dos alunos é fundamental, pois quem que fala quer ser ouvido e quem escreve quer ser lido. Todo o trabalho sistemático com a produção de textos literários poderá ter como objetivo central a divulgação, a socialização em forma de livro dessas pequenas e tão importantes obras.

A divulgação criará um espaço de uma socialização comprometida com a escola e com a comunidade local, pois esta estará refletida em todos os textos produzidos pelos alunos. As problemáticas, as festas, as alegrias e tristezas estarão presentes em todos os textos literários produzidos, o que configura a história e a cultura local sendo divulgada e revisada em todo o processo. A divulgação é a afirmação da identidade da escola e da comunidade local.

2.7 Ideologia

A atual ideologia nas escolas de educação básica assenta-se na veiculação e consolidação de um modelo de sociedade capitalista, no qual as acentuadas desigualdades sociais precisam ser preservadas para o bem do capital e da do-

minação de um grupo social sobre outro. A escola brasileira, e até mesmo as universidades, não questionam as raízes das desigualdades e, muitas vezes, se confortam no fatalismo.

A perspectiva aqui esboçada para o ensino de literatura não é destituída de ideologia, mas um reposicionamento no trato com o objeto de ensino, com seres humanos em processo de formação na escola. O ensino de literatura, ao levar em conta em sua fundamentação a memória, a percepção, a autoria e a divulgação, estará dando um passo de extrema relevância para resgatar um processo de construção efetiva da identidade de um determinado grupo social. Essa identidade é entendida aqui como uma construção ininterrupta, dadas as condições concretas na qual todos os grupos sociais vivem.

A construção da identidade poderá culminar ou não em mudanças estruturais, pois estas estão condicionadas às inúmeras variáveis que regulam as reflexões e as ações de uma comunidade. A escola, como um espaço de ensino/aprendizagem, é o espaço legítimo e mais importante para tornar-se um centro de referência da comunidade local, sobretudo para os debates e reflexões sobre os conteúdos referenciais apresentados nos textos literários produzidos pelos próprios alunos.

O desenvolvimento, a evolução de uma prática comprometida com a formação integral do aluno, também autor, contribuirá para a corrosão da ideologia que nutre a ideia que as desigualdades são naturais, e não culturais.

2.8 Considerações finais

Procuramos apontar aqui alguns elementos que, interrelacionados, podem contribuir para um ensino de literatura mais significativo nas escolas de educação básica. O trabalho com a autoria e a divulgação é fundamental para desenvolver uma consciência alternativa àquela que veio se constituindo ao longo da nossa história. Esse trabalho se caracteriza como a superação da alienação do ser humano com o seu próprio habitat local, a sua comunidade, assim como a superação da ideia de que só os que têm um *dom* escrevem textos literários. Decerto haverá um ou outro destaque em um determinado grupo, mas tal fato não é o mais importante, o que importa mesmo é construção e fortalecimento da identidade de uma escola, de uma comunidade.

Referências

BAGNO, M. (Org.). *Linguística da norma*. São Paulo: Loyola, 2002.

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. Tradução de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

CHARTIER, R. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os*

Séculos XIV e XVIII. Tradução de Mary del Priore. Brasília, DF: UNB, 1994.

FRANCHI, C. Criatividade e gramática. **Trabalhos em linguística aplicada**, Campinas, n. 9, p. 5-45, 1987.

_____. Linguagem: atividade constitutiva. **Cadernos de estudos linguísticos**, Campinas, n. 22, p. 9-39, jan./jun. 1992.

FREIRE, P. **Pedagogia da indignação**. São Paulo: Unesp, 2000.

_____. **Educação como prática da liberdade**. São Paulo: Cortez, 1993.

GERALDI, J. W. (Org.). **O texto na sala de aula**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1999.

_____. **Portos de passagem**. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. **Linguagem e ensino: exercícios de militância e divulgação**. Campinas: ALB/Mercado de Letras, 1996.

RICO, S. A. Modales y discursos. **Ctxt**, Madrid, 3 mar. 2016. Disponível em: <<http://ctxt.es/es/20160302/Firmas/4602/investidura-Parlamento-bipartidismo-Podemos-PSOE-PP-Ciudadanos-Espa%C3%B1a-Firmas.htm>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

SANCHEZ, F. U. **Trabajo enajenado: graduaciones de la enajenación**. 9 nov. 2015. Disponível em: <<http://fcoumpierrezblogspotcom.blogspot.com.br/2015/11/trabajo-enajenado-graduaciones-de-la.html>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

